Abaçaí Cultura e Arte

CNPJ: 50.590.215/0001 - 88

Demonstrações Financeiras 2017 - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		**804.872**	**3.430.416**
Caixa e Equivalentes de Caixa		**785.878**	**3.422.284**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	785.878	3.422.284
Créditos a Receber		**18.994**	**8.132**
Tributos a Recuperar		–	–
Despesas Antecipadas	17	13.573	–
Outros Créditos		5.421	8.132
Contrato de Gestão a Receber - Secretaria da Cultura	6	–	–
Não Circulante		**329.303**	**634.969**
Realizável a Longo Prazo		**261.988**	**571.740**
Aplicações Financeiras Secretaria Cultura - Recursos c/ Restrição	5	–	285.429
Aplicações Financeiras Secretaria da Deficiencia - Recursos c/ Restrição	5	235.718	260.041
Depósitos Judiciais		26.270	26.270
Imobilizado	6	**21.411**	**63.229**
Bens Imobilizados		51.414	107.904
(-) Depreciação Acumulada		(30.003)	(44.675)
Intangível	7	**45.903**	–
Desenvolvimento de Software		46.670	–
(-) Amortização Acumulada		(767)	
Total do Ativo		**1.134.175**	**4.065.385**

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante		**836.792**	**3.655.943**
Fornecedores de bens e serviços	9	189.378	276.690
Obrigações Trabalhistas	10	97.677	433.150
Obrigações Tributárias		11.954	104.694
Recursos de Projetos em Execução - Secretaria da Cultura	8	15.826	2.384.464
Recursos de Projetos em Execução - Secretaria da Deficiencia	8	493.333	405.287
Outros Recursos de Projetos em Execução	8	28.625	51.657
Não Circulante		**289.018**	**399.540**
Fundo de Reserva do CG Secretaria da Cultura	8	–	
Reserva de Contingência CG Secretaria da Cultura	8	–	126.000
Imobilizado com Restrições - CG Secretaria da Cultura	8	–	–
Fundo de Reserva do - CG Secretaria da Deficiência	8	153.400	96.309
Reserva de Contingência CG Secretaria da Deficiência	8	78.731	126.500
Imobilizado/Intangível com Restrições - CG Secretaria da Deficiência	8	56.888	50.731
Patrimônio Líquido		**8.364**	**9.902**
Patrimônio Social	12	8.364	9.902
Total do Passivo + Patrimonio Líquido		**1.134.175**	**4.065.385**

Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

	Notas	2017	2016
Receitas Operacionais Vinculadas			
Com Restrição		**3.574.473**	**11.693.865**
Recursos do Contrato de Gestão - Sec. da Cultura	8	1.361.570	9.301.704
Recursos do Contrato de Gestão - SEDP Deficiência	8	2.212.903	2.017.968
Convênio Fundação Cassiano Ricardo		–	204.476
Outras Receitas Com Restrição		–	169.718
Custos e Despesas Operacionais Vinculadas com Contratos de Gestão		**(3.578.248)**	**(11.323.268)**
Eventos	12	(811.106)	(3.575.330)
Pessoal	10	(2.204.802)	(6.386.802)
Prestação de Serviços		(319.326)	(91.396)
Despesas Administrativas Gerais		(203.153)	(1.120.795)
Despesas Financeiras		(39.861)	(127.006)
Outras Despesas (tributaria)		–	(21.940)
Superávit Bruto Vinculado		**(3.775)**	**370.597**
Despesas Operacionais			
Não Vinculadas ao Contrato de Gestão		–	**(374.194)**
Custos do Convênio Fundação Cassiano Ricardo			(202.780)
Custos com PRONAC			(169.718)
Despesas Financeiras Fundação Cassiano Ricardo		–	(1.696)
Superávit do Exercício		**(3.775)**	**(3.597)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 01/01/2015	10.467	6.629	17.096
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Exercício		(3.597)	(3.597)
Saldos finais em 31/12/2015	10.467	3.032	13.499
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Exercício		(3.597)	**(3.597)**
Saldos finais em 31/12/2016	**10.467**	**(565)**	**9.902**
Superávit/Déficit do Exercício	2.238	(3.775)	(1.537)
Saldos finais em 31/12/2017	**12.705**	**(4.341)**	**8.364**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Notas	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit/(Déficit) do Período		(3.775)	(3.597)
Ajustes por: (+) Depreciação	2.e	10.198	67.859
Superávit/(Déficit) Ajustado		**6.423**	**64.262**
Aumento/(Diminuição) nos Ativos Circulantes			
Recursos de Contrato de Gestão	8	–	3.028.932
Tributos a Recuperar		–	75
Outros Créditos		2.712	11.711
Depósitos Judiciais		–	–
Despesas Antecipadas		(13.573)	42.974
Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes			
Fornecedores de bens e serviços	9	(87.312)	(211.042)
Obrigações com Empregados	10	(335.473)	(389.984)
Obrigações Tributárias		(92.740)	102.830
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		**(519.964)**	**2.649.757**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações Financeiras Realizável a LP	5	309.752	875.951
Movimentação do Imobilizado e Intangível - Termino do contrato de Gestão	6	9.820	92.190
Movimentação de Depreciação - Termino do contrato de Gestão	6.a	(24.103)	–
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		**295.468**	**968.141**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Contrato de Gestão	8	(2.414.148)	(2.413.682)
Contrato de Gestão - Ajuste Patrimonial		2.238	–
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		**(2.411.910)**	**(2.413.682)**
(=) Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(2.636.406)**	**1.204.216**
(=) Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(2.636.406)**	**1.204.216**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		**3.422.284**	**2.218.069**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		**785.878**	**3.422.284**

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Abaçaí Cultura e Arte criada em 07/07/1977, é uma organização social de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada em 28/12/2004 como Organização Social de Cultura por ato do Governador do Estado de São Paulo. Ela tem por finalidade: fomentar o desenvolvimento de práticas a produção cultural por meio de teatro, música, dança folclore e ações de inclusão social, como meio de produção e desenvolvimento econômico e social de combate à pobreza; a promoção à cultura; e a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. A Organização possuía como principal fonte de recursos para desenvolvimento de suas atividades o Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o qual teria seu término em 31/12/2015, porém no 10º aditamento do contrato de gestão 10/2011 ficou determinado a prorrogação do contrato até 31/12/2016. Tendo a organização 90 dias para prestação de contas. A prestação de contas ocorreu no período de janeiro a março de 2017 e sua movimentação financeira consta das Demonstrações Contábeis Consolidadas ora apresentadas. Em reunião do conselho de Administração e Fiscal da Abaçai, na data de 06/03/2017, consta em Ata de reunião prenotada no 3º Oficial de Registro de Títulos e documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital - SP, sob o nº 716359 a leitura e apreciação pelo Diretor Executivo, dos ofícios com previsões dos gastos oriundos do encerramento do Contrato de Gestão com a Secretaria da Cultura. Nesta mesma reunião foi aprovado o pedido de prorrogação do contrato de Gestão com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como a renúncia do Diretor Executivo e Diretor Administrativo/Financeiro, sendo todas aceitas. A responsabilidade dos renunciantes foi prorrogada até 31/03/2017, data final para prestação de contas do contrato de Gestão com a Secretaria da Cultura. Neste momento o Diretor Artistico e Cultural assumiu as funções ora renunciadas de forma provisória até uma próxima eleição. Em 27/06/2017 foram eleitos e empossados os novos diretores e conselheiros fiscais para um mandato de 03 (três) anos, iniciando-se em 28/06/2017 com término para 27/06/2020, conforme Ata de Reunião prenotada sob o n º 723515 do 3 º Oficial de Registro de Títulos e documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital - SP. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2017 foram aprovadas pelo Conselho fiscal da Organização,conforme ata de reunião datada de 15/02/2018. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Organização, findas em 31/12/2017 e de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, conforme pronunciamento ITG 2002 "Entidade sem finalidade de lucro", Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG07 "Subvenções e assistência governamentais", todas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Organização e o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamento críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **d) Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do superávit ou déficit como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A Organização não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente. A movimentação no Patrimônio social em 2017 se deu por transferência de saldo dos recursos de projetos a executar. **3. Principais políticas contábeis:** As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Organização reconhece os seus recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Organização tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como esse no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado se a Organização gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Organização. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Passivos financeiros não derivados:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Organização se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Organização baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Organização tem os seguintes passivos financeiros não derivados: fornecedores e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017. **d) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Conforme determinação do ITG 2002. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Organização e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida e conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão e projetos especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma: • **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07. O reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar a contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor. • **Consumo com despesas:** quando ocorrem os gastos no decorrer do exercício ou fechamento de contratos com prestadores de serviços para realização dos serviços do orçamento anual contido no contrato de gestão referentes ao mês de dezembro, especificamente, independente da emissão da nota fiscal de serviços e do desembolso financeiro, estes contratos têm suas despesas correspondentes reconhecidas em contrapartida no passivo circulante. Dessa forma, os contratos de prestadores de serviços, cujo desembolso financeiro ainda não ocorreu, estarão já reconhecidos como despesas do exercício apesar de não constarem na prestação de contas da Secretaria da Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pois somente serão apresentados em prestação de contas quando houver o desembolso financeiro. A entidade parte do princípio que cumpre todas as prerrogativas exigidas pelo contrato de gestão para que tais despesas sejam reconhecidas no resultado em consonância com as respectivas receitas oriundas do contrato de gestão. Não considerando a aprovação da prestação de contas pelos órgãos fiscalizatórios como indispensável para o reconhecimento de receitas e despesas. Sendo assim sua contabilização obedece ao determinado pela (NBC) TG07 "Subvenções e assistência governamentais". • **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorreo rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante. **e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessário. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vida úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	01/01/2017	01/01/2016
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Software	5 anos	5 anos
Equipamentos de Informática e comunicação	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração da Organização revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **g) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Administração da Organização não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Organização tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Organização e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquida-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Gerenciamento de risco:** A Organização apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Risco de mercado; A Organização apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Organização, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16. • **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Organização são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Organização. **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **k) Demonstração dos fluxos de caixa:** A Administração da Organização apresenta fluxos de caixa às atividades operacionais usando método indireto, segundo o qual resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações e que envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxo de caixa das atividades de investimentos ou de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2017	2016
Contrato de gestão - Sec. Cultura		
Contrato de Gestão nº 010/2011	**13.350**	**2.757.399**
Caixa	–	1.200
Bancos conta Movimento	–	61
Aplicações financeiras	13.350	2.756.138
Contrato de gestão - SEDPcD		
Contrato de Gestão nº 025/2014	**765.079**	**616.047**
Caixa	81	1.200
Bancos conta Movimento	–	38
Aplicações financeiras	764.998	614.809
Convênio Fundação Cassiano Ricardo	**–**	**30.153**
Caixa	–	–
Bancos conta Movimento	–	–
Aplicações financeiras	–	30.153
Administrativo	**7.449**	**–**
Caixa	–	–
Bancos conta Movimento	–	–
Aplicações financeiras	7.449	–
Convênio Pronac	**–**	**18.685**
Bancos conta Movimento	–	–
Aplicações financeiras	–	18.685
Total	**785.878**	**3.422.284**

Os saldos de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de investimentos e estão apresentados a valor de mercado. Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Organização que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e passivos com pessoal, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

5. Aplicações financeiras de Longo Prazo:

Contrato de Gestão Secretaria da Cultura	**2017**	**2016**
Aplicação financeira - C/C 5577-8 BB	–	**99.108**
Aplicação financeira - C/C 5577-8 BB	–	**186.320**
Total	–	**285.428**
Contrato de Gestão SEDPcD	**2017**	**2016**
Aplicação financeira - C/C 7344 BB	–	**150.741**
Aplicação financeira - C/C 5577-8 BB	–	**109.320**
Aplicação financeira - C/C 110.932-4 BB	**155.771**	–
Aplicação financeira - C/C 210.933-6 BB	**79.947**	–
Total das Aplicações	**235.718**	**545.469**

a) Secretaria da Cultura: A aplicação financeira do contrato de gestão com a Secretaria da Cultura em 2016 corresponde ao de fundo de reserva e ao fundo de contingência trabalhista, sob a tutela do Conselho de Administração da Organização. Sua utilização está condicionada a prévia aprovação do Conselho de Administração da Organização, em caso de desequilíbrio financeiro ocasionando por eventuais atrasos no recebimento de recursos por repasse em relação ao contrato de gestão com o plano de restituição. **Fundo de reserva e de contingência:** corresponde a recursos retidos do contrato de gestão a título de reserva com destinação específica. Após o enceramento do Contrato de Gestão nº 025/2008, os recursos foram transferidos para o Contrato de Gestão sob nº 10/2011. Esses recursos estão mantidos em aplicações financeiras, acrescidos de seus rendimentos. **Uso do Fundo de Reserva:** Na clausula primeira do 10º aditamento consta a alteração do Sistema de Pagamento do anexo Técnico II para redução de recursos orçamentários, no montante de R$ 1.100.000 um milhão e cem mil reais). Este mesmo aditamento autorizou o uso de R$ 1.000.000 do Fundo de Reserva existente em 31/12/2015 para uso em 2016 como receita do Contrato de Gestão. O contrato de Gestão 10/2011 teve seu término em 31/12/2016. As reservas foram usadas para quitação de verbas rescisórias e outros passivos da associação. O montante de R$ 1.200.000,00 foi transferido para APAA mediante solicitação por meio do Ofício APAA nº 096/2017 de seu Diretor Executivo, o qual informou que "conforme Contrato de Gestão 007/2016 entre a Associação Paulista dos Amigos da Arte e a Secretaria de Estado da Cultura que os saldos remanescentes nas contas do Contrato de Gestão 10/2011 seriam repassados, por ocasião do seu término, a Associa-

Autenticar documento em http://www.imprensaoficial.com.br
Imprensa Oficial – Governo do Estado de São Paulo
Governo do Estado São Paulo – Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 28 de março de 2018 às 00:57:14.

ção Paulista dos Amigos da Arte". Abaixo Histórico dos repasses a APAA:

Conta	Cheque	Valor	Emissão	Compensado
1.533	206476	25.354,70	31/Março	04/04/2017
5.564	213466	884.867,97	31/Março	04/04/2017
5.556	850007	189.920,45	31/Março	04/04/2017
5.577	850007	99.856,88	31/Março	04/04/2017
Total		1.200.000,00		

b) Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Os valores retidos a título de Fundo de Reserva e Fundo de Contingência referente ao contrato 025/2014 com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência continuam aplicados conforme quadro demonstrativo e devidamente registrados em contrapartida no Passivo da Organização demonstrando a possibilidade de devolução a Secretaria. **6. Ativo imobilizado e Intangível:** O ativo imobilizado da Organização está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. As adições ocorridas durante o exercício de 2017 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento ao contrato de gestão. Os detalhes do ativo imobilizado da Organização estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	% Depreciação	2017 Custo Corrigido	2017 Depreciação Acumulada	2017 Imobilizado Líquido	2016 Imobilizado Líquido
Imobilizado Total					
Obras de arte	–	1.000	–	1.000	1.000
Móveis e utensílios	10%	26.664	(21.667)	4.997	24.513
Máquinas equipamentos	10%	10.910	(6.830)	4.080	13.114
Computadores e Periféricos	20%	14.510	(2.273)	12.237	22.725
Instalações	10%	–	–	–	1.875
Total do Imobilizado		**53.084**	**(30.770)**	**22.314**	**63.228**
CG 010/2011 - Sec. Cultura					
Móveis e utensílios	10%	–	–	–	–
Computadores e periféricos	20%	–	–	–	–
Máquinas equipamentos	10%	–	–	–	–
Direito de uso de software	20%	–	–	–	–
Instalações	10%	–	–	–	–
Total CG					
CG 025/2014 SEDPcD					
Móveis e utensílios	10%	540	(13)	527	7.942
Computadores e periféricos	20%	11.839	(1.381)	10.459	18.187
Máquinas equipamentos	10%	–	–	–	22.726
Instalações	10%	–	–	–	1.876
Total CG		**12.379**	**(1.394)**	**10.985**	**54.731**
Intangível - SEDPcD	**20%**	**46.670**	**(767)**	**45.903**	–
Software Desenvolvimento		**46.670**	**(767)**	**45.903**	–

Movimentações no ativo imobilizado total:

Imobilizado	31/12/16	Adições	Baixas	31/12/17
Máquinas e Equipamentos	22.437	–	(11.527)	10.910
Móveis e Utensílios	47.982	1.602	(22.920)	26.665
Computadores e Periféricos	34.135	12.840	(34.135)	12.840
Obras de Arte	1.000	–	–	1.000
Instalações	2.350	–	(2.350)	–
Subtotal	**107.904**	14.442	**(70.932)**	**51.414**
Intangível				
Software/Programa de Computadores	–	26.220	(2.050)	24.170
Imobilizado em Andamento (Desconto Sistema)	–	22.500	–	22.500
Subtotal	–	**48.720**	**(2.050)**	**46.670**
Total do Imobilizado	**107.904**	**63.162**	**(77.982)**	**98.084**
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	(44.675)	–	–	(30.770)
Total do Imobilizado	**63.229**	–	–	67.314

Obrigações com o Estado - Imobilizado: a Organização adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante de seu ativo imobilizado vinculado ao contrato de gestão.O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de receita, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de depreciação acumulada. **Imobilizado Abaçaí:** Corresponde aos bens patrimoniais de propriedade da Organização antes do contrato de gestão acrescidos dos valores dos bens patrimoniais destacados em seguida e adquiridos com verbas do contrato de gestão. **Imobilizado - Contrato de Gestão Secretaria da Cultura e Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência:** A Administração da Organização deve comunicar à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que forem realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser patrimoniado pela Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. **6.a. Baixas Imobilizado: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo:** As baixas de bens imobilizados se referem ao término do Contrato de Gestão 10/2011 celebrado entre a Abaçai Organização Social e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Os bens foram devidamente identificados e planilhados por representantes de ambas as partes e retirados por funcionários da Secretaria acompanhados por funcionário da Abaçai. Encontra-se na Organização uma listagem com os bens devolvidos a Secretaria da Cultura por término do Contrato de Gestão, conforme estipulado em clausula de contrato. **7. Intangível: a) Contrato de Gestão 025/2014 - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**: O ativo intangível se refere ao contrato com a empresa **Wesley Pereira da Costa**, empresário individual, para desenvolvimento de serviços de software de documentos destinados ao Eixo Estado e Pesquisas sob encomenda da Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoas com Deficiência. Tomada de Preços 003/2017.

Intangível	31/12/16	Adições	Baixas	31/12/17
Software/Programa de Computadores	–	26.220	(2.050)	24.170
Imobilizado em Andamento (Desconto Sistema)	–	22.500	–	22.500
Subtotal	–	**48.720**	**(2.050)**	**46.670**

8. Recursos de Projetos: · Contrato de Gestão nº 10/2011 - Secretaria da Cultura: Em 29/12/2011, foi firmado o contrato de gestão sob nº 10/2011, com vigência de 01/01/2012 a 31/12/2015, junto a Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, conferindo recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da execução dos programas e projetos determinados pela Secretaria do Estado da Cultura. O presente contrato teve importância global estimada em R$ 54.299.316. Em 23/12/2015 este contrato teve seu 9º aditamento determinando como valor total do Contrato de Gestão R$ 54.496.167. No ano de 2016 foi assinado do 10º aditamento o qual destinou o montante de R$ 9.900.000,00 para as atividades a serem desenvolvidas até o término do contrato de gestão 10/2011. Em sua clausula primeira o 10º aditamento alterou o Sistema de Pagamento do anexo Técnico II para redução de recursos orçamentários, no montante de R$ 1.100.000. · **Término do Contrato de Gestão nº 10/2011 com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo**: O 10º aditamento do contrato de gestão 10/2011 determinou sua prorrogação até 31/12/2016. O término se deu através de chamamento, o qual teve como vencedor outra Organização Social. A prestação de contas se dará obedecendo ao artigo 117 da Resolução nº 2/2016 do Tribunal de Contas e demais normas, como por exemplo, devolução do saldo não utilizado e devolução do ativo imobilizado adquirido com recursos do Contrato de Gestão. A devolução do Ativo Imobilizado está demonstrada e explicada na nota explicativa n 6 e 6.a. A prestação de contas ocorreu em 31/03/2017 e foi devidamente aprovada em ata de assembleia geral prenotado sob o nº 716359 no 3º Oficial de Registro de Títulos e documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital - SP. · **Contrato de Gestão nº 025/2014 - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**: O objeto do Contrato de Gestão com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo tem como objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência do Memorial da Inclusão, que está instalado no térreo da Secretaria da Pessoa com Deficiência, no Memorial da América Latina. Está previsto no Plano Operacional, as seguintes atividades: 1) Exposições Permanentes, Itinerante, Virtual, Temporárias e Mídia Social; 2) Ação Educativa e Educação a Distância; 3) Estado e Pesquisas; 4) Eventos/Virada Inclusiva. O Contrato de Gestão nº 025/2014, assinado em agosto de 2014 teve validade até fevereiro de 2015, porém foi prorrogado até dezembro de 2015 com as mesmas atividades (1,2,3, e 4), sendo as mesmas plenamente executadas no exercício de 2015. O valor total do contrato é de R$1.758.409. **Término do Contrato de Gestão nº 025/2014 com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**: Em 12/12/2016 este contrato teve seu 8º Termo de Aditamento, prorrogando seu término para 31/03/2017. O aditamento trata da prorrogação por mais 90 dias, sendo que ao final deste prazo deverá ser elaborada uma prestação de contas junto a Secretaria. No 1º trimestre de 2017, período estipulado para término do contrato não houve repasse de recursos por parte da Secretaria, devido a Organização Social contar com recursos próprios oriundos de suas reservas. **Renovação do contrato de Gestão 025/2014 com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**: Em 30/03/2017 foi assinado o 9º aditamento do Contrato de Gestão 025/2014 com a Secretaria de Estado dos Diretos da Pessoa com Deficiência. O aditamento prorrogou o término do Contrato para 31/12/2017. **8 A - Demonstrações Contábeis Individuais do Contrato de Gestão nº 010/2011 - Secretaria da Cultura: Balanço Patrimonial 31/12/2017 - Secretaria de Cultura:**

Ativo	31/12/17	31/12/16
Circulante/ Recursos Contrato de Gestão		
Caixa e equivalentes de caixa	13.350	2.757.399
Contrato de Gestão a Receber	–	–
Impostos a recuperar	–	–
Outros créditos	–	4.132
Despesas Antecipadas	–	–
Total do ativo circulante	13.350	2.761.531
Não Circulante/ Investimentos de longo prazo	–	285.429
Depósitos judiciais	26.270	26.270
Imobilizado	–	–
Total do ativo não circulante	26.270	311.699
Total do ativo	39.620	3.073.230
Passivo	31/12/17	31/12/16
Circulante/Fornecedores	4.362	184.393
Salários, Férias e Encargos	–	291.347
Obrigações Tributárias	138	89.264
Projetos a executar	35.120	2.384.464
Total do passivo circulante	39.620	2.949.468
Não Circulante/ Fundo Reserva Contrado de Gestão	–	–
Fundo Reserva de contigencia trabalhista	–	126.000
Obrigações com o Estado -Imobilizado	–	–
Total do passivo não circulante	–	126.000
Patrimônio social	–	(2.238)
Total do patrimônio líquido	–	(2.238)
Total do passivo	39.620	3.073.230

8 B - Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício - Secretaria da Cultura:

Descrição	31/12/17	31/12/16
Receitas operacionais		
Recursos Recebidos no Periodo	1.342.275	9.293.508
Recursos do contrato de gestão	1.342.275	9.293.508
Total das Receitas Operacionais	1.342.275	9.293.508
Despesas operacionais (Contrato de Gestão)		
Pessoal	(1.129.985)	(5.388.302)
Eventos	–	(2.891.154)
Consultorias/Assessorias/Prestação Serviços PJ/PF	(91.589)	(263.776)
Despesas Administrativas/Operacionais	(120.701)	(750.275)
Total das Despesas Operacionais	(1.342.275)	(9.293.508)

8C - Demonstrações Contábeis Individuais do Contrato de Gestão nº 025/2014 - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Balanço Patrimonial 31/12/2017

Ativo	31/12/17	31/12/16
Circulante/ Recursos Contrato de Gestão	765.079	616.047
Caixa e equivalentes de caixa	765.079	616.047
Impostos a recuperar	–	–
Outros créditos	5.235	–
Despesas do Exercício Seguinte	13.573	–
Total do ativo circulante	783.887	616.047
Não Circulante/ Investimentos de longo prazo	235.717	260.041
Depósitos judiciais	–	–
Imobilizado	11.889	51.089
Intangível	45.000	–
Total do ativo não circulante	292.606	311.130
Total do ativo	1.076.493	927.177
Passivo	31/12/17	31/12/16
Circulante/Débitos Contrato de Gestão		
Fornecedores	184.648	90.995
Salários, férias e encargos sociais	97.677	141.935
Obrigações Tributárias	11.816	15.418
Projetos a Executar	493.333	405.287
Total do passivo circulante	787.474	653.636
Fundo Reserva Contrado de Gestão	153.400	96.309
Fundo Reserva de contigencia trabalhista	78.731	126.500
Obrigações com o Estado -Imobilizado	56.888	50.731
Total do passivo não circulante	289.019	273.540
Patrimônio líquido	–	–
Total do passivo	1.076.493	927.177

8 D - Demonstraço de Superávit ou Déficit do Exercício Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Descrição	31/12/17	31/12/16
Receitas operacionais		
Recursos Recebidos no Periodo	2.212.903	2.017.968
Receitas do Contrato de Gestão	2.212.903	2.017.968
Total das Receitas Operacionais	2.212.903	2.017.968
Despesas operacionais (Contrato de Gestão)		
Eventos	(806.021)	(874.188)
Pessoal	(1.074.817)	(998.500)
Consultorias/Assessorias/Prestação Serviços PJ/PF	(227.736)	(39.241)
Despesas Administrativas/Operacionais	(91.734)	(77.244)
Despesas Financeiras	(12.594)	(28.794)
(Déficit) Superávit do exercício	(2.212.903)	(2.017.968)

Outras informações dos Contratos de Gestão: Por força dos contratos de gestão, a Organização está obrigada a cumprir determinadas metas, desenvolvimento das atividades, cumprimento das metas e do retorno obtido pela organização social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. No caso de não cumprimento dessas metas, a Organização poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados a descontinuidade do contrato de gestão. A Administração da Organização avalia que em 2017/2016 as metas foram cumpridas e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Até o momento, não houve qualquer manifestação contrária por parte de ambas secretarias.

9. Fornecedores - Consolidado:

	2017	2016
Fornecedores	189.378	276.690
Total	**189.378**	**276.690**

Refere-se a obrigações decorrentes de compras de materiais de escritório e outros, e contratação de prestadores de serviços e pessoas físicas, bem como aos gastos com fornecedores do "Contrato de gestão", o qual corresponde aos compromissos assumidos com fornecedores quando a aquisição de materiais e contratação de prestadores de serviços, cuja liquidação ocorre no mês subsequente. Referem-se a gastos relacionados ao desenvolvimento das atividades conforme estabelecido no programa de trabalho da Organização, enviada para A secretaria da Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Saldo de 2017 em sua maioria se refere a fornecedores oriundos do contrato de Gestão com a Secretaria de Estado dos Diretos da Pessoa com Deficiência.

10. Obrigações Trabalhistas - Consolidado:

	2017	2016
Provisão de férias e encargos	53.822	177.337
Salários a pagar	–	101.977
INSS a recolher	24.790	112.194
FGTS a recolher	5.763	16.386
PIS a recolher	720	6.678
INSS a recolher sobre PF e PJ	12.581	16.783
Contribuição sindical a recolher	–	–
Rescisões e Pensão Alimentícia a Pagar	–	1.795
Total	**97.676**	**433.150**

11. Provisão para Contingências - Consolidado: A Organização, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração apoiada de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamentos e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A rubrica contábil "Reserva de contingência" no montante de R$ 126.500 foi constituída e aprovada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. No exercício de 2017 a associação não manteve em seu quadro de funcionários e/ou prestadores de serviços advogados que pudessem avaliar as contingências trabalhistas futuras, dessa forma não se tem registrado nas Demonstrações Contábeis a opinião jurídica sobre a possibilidade de contingências futuras. **12. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** O patrimônio social é constituído por bens móveis e imóveis que a Organização possua ou venha a adquirir por compra, doações, donativos, auxílios oficiais, dotações ou subvenções de qualquer tipo ou natureza, e compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores de superávit (déficit) anuais destinados à manutenção de seu objeto social. Em caso de desqualificação da Organização no contrato de gestão, os bens adquiridos por meio dos recursos repassados serão transferidos integralmente a outra Organização social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/1998 e no Decreto Estadual nº 43.493/1998. Em 2016 e 2017 os bens imobilizados relacionados ao contrato de Gestão com a Secretaria da cultura foram integralmente devolvidos. **13. Despesas com eventos: a) Contrato de Gestão 10/2011 - Secretaria da Cultura:**

Despesas com Eventos	2017	2016
Revelando São Paulo	–	–
Revelando São Paulo - Vale do Paraiba	–	223.781
Revelando São Paulo Vale do Ribeira	–	158.688
Revelando São Paulo - Entre Serras e Água	–	180.144
Mapa Cultural Paulista	–	489.026
Atendimento aos Municípios	–	558.326
Encontro de Dirigentes de Cultura	–	–
Festival de Teatro de Caraguatatuba	–	107.968
Festival Nacional de MPB - Avare	–	45.213
Festival Nacional de MPB - Botucatu	–	48.170
Festival Nacional de MPB - Ilha Solteira	–	109.420
Festival Nacional MPB Batatais	–	159.887
Comissão Sistema Informação Plano Estadual de Cultura	–	–
P.H.H. - Encontro Paulista de Hip Hop	–	2.000
C.G.E. - Apoio projetos voltados para cultura LGBT	–	–
Festival Nacional de MPB Barretos	–	–
C.G.E Centro Cultural Mem. Diversidade Sexual	–	–
Projeto Café com Viola e Ponteio - Santa Fé do Sul	–	47.745
Projeto Café com Viola e Ponteio Batatais	–	72.148
C.G.E. Apoio projeto voltado Cultura Negra	–	376.476
Apoio a Projeto Cultura voltado para Outras Etnias	–	93.570
Programa de Acessibilidade	–	6.720
Capacitação para Elaboração Projeto Hip-Hop	–	18.000
Total	–	2.697.282

b) Contrato de Gestão 025/2014

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Despesas com Eventos	2017	2016
Contrato 25/2014 Secr. de Estudos dos Direitos da Pessoa com Deficiencia		
Exposições	11.662,01	225.682,26
Ação Educativa e EAD	2.421,26	6.701,40
Estudos e Pesquisas	807,96	16.088,00
Virada Inclusiva	0,00	623.596,58
Apoio a Eventos e Ações Importantantes	0,00	5.980,00
Subtotal	**14.891,23**	**878.048,24**
Contrato 25/2014 Aditivo Secretaria de Estudos dos Direitos da Pessoa com Deficiencia		
E.exposição - Permanente	12.934,29	–
E.exposição - Itinerantes	20.479,18	–
E.exposição - Temporários	6.500,00	–
E.a.edu - Palestrante	3.149,40	–
E.a.edu - Oficinas	9.890,30	–
E.e.pes - Projeto 365 Dias Incluir	111.112,40	–
E.e.pes - Centro de formação jovens Líderes	49.679,36	–
E.e.pes - Buch C. credenciamentos	2.160,00	–
E.e.pes - Software Gerenciamento documentos	600,00	–
E.e.pes - Mant.acervo/Capacitação trein.ins.e	2.363,07	–
E.eve. - Apoio Ev.imp.calendário Segmentado	9.870,80	–
E.eve. - Virada Inclusiva	443.591,04	–
Despesas Administrativas	118.799,95	–
Subtotal	**791.129,79**	–
Total Geral dos Eventos	**806.021,02**	**878.048,24**

14) Partes relacionadas: A Organização possui transações com o Governo do Estado de São Paulo por meio das Secretarias de Cultura e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, através das quais são recebidos montantes para custear as atividades da Organização, além do recebimento de bens integrantes do ativo imobilizado. Dessa forma, parcelas significativas dos ativos da receita da Organização estão relacionadas ao contrato de gestão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Remuneração de administradores:** Os administradores da Organização são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica "Despesa de pessoal", no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de Conselheiros. Sendo que a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência não prevê remuneração dos administradores do projeto. A Administração da Organização não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração. **15. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Organização incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários e férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Organização. **16. Gestão de risco: · Considerações gerais e políticas:** A Organização possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. **Risco liquidez:** É o risco que a Organização irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente de risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de créditos compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em 2017/2016 o Índice de Liquidez apresentado pela Organização é de 1, estando dentro do exigido no contrato de gestão. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Em 2017/2016 o Índice de Risco de Crédito apresentado pela Organização é de 1, estando dentro do exigido no contrato de gestão. **17. Cobertura de seguros:** A Organização adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2017/2016, é assim demonstrada: **2016 - Apólice 0118.43.22.590-1**: Riscos operacionais: R$ 180.000; Danos Materiais: R$ 1.260.000; Responsabilidade Civil: R$ 100.000. **2016- Apólice 0118.93.012-5**: Riscos operacionais: R$ 90.000,00; Danos Materiais: R$ 535.000,00; Responsabilidade Civil: R$ 50.000,00; **2017 - Apólice 0118.93.685-9**: Riscos operacionais: R$ 50.000; Danos Materiais: R$ 765.000; Responsabilidade Civil: R$ 50.000. **18. Risco de Descontinuidade: 2016/2017:**A Organização Social Abaçai tem 97% (noventa e sete por cento) de suas receitas advindas dos Contratos de Gestão 10/2011- Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e 25/2014 Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com o encerramento destes contratos; Contrato de Gestão 10/2011 encerrado em 31/12/2016 e Contrato 25/2014 a encerrar em 31/03/2017 a Organização dependerá de recursos próprios para continuar com suas atividades. Os dirigentes da Organização estão desenvolvendo projetos na área da Cultura de forma a se qualificarem como candidatos em Edital de chamamento que possa ser publicado nos próximos exercícios. **2017**: Renovação Contrato de Gestão 025/2014 com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência através do 9º aditamento assinado em 31/03/2017 prorrogando o término do contrato para 31/12/2017. **19. Evento subsequente: Secretaria da Cultura**: Em 17 de janeiro de 2018 a associação Abaçai Cultura e Arte, por Intermédio do Processo SC 57.590/2018, firmou com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo o contrato de Gestão CG 06/2017 referente a formação de uma parceria para fomento e execução de atividades relativas a área de cultura, materializada pelo gerenciamento e execução de atividades a serem desenvolvidas junto ao Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campos" no município de Tatuí/SP. Para o exercício

imprensaoficial | GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 28 de março de 2018 às 00:57:14.

de 2018 a Contratante repassará a contratada (Abaçaí Cultura e Arte) o montante de R$ 20.166.667,00 mediante a liberação de 8 parcelas, conforme ANEXO V - Cronograma de Desembolso, constante do contrato de Gestão 06/2017. **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** O 10º aditamento do Contrato de Gestão 025/2014 prorrogou o contrato com a Abaçaí até 18/08/2019. Valor total do aditamento importou em R$ 10.297.227,83 a ser repassado conforme cronograma de reembolso. São Paulo, 31/12/2017.

Ary de Araújo Junior - Diretor Executivo
Luiz Carlos Vinha - Diretor Administrativo/Financeiro
Washington Luis de A. Batista - Contador - CRC 1SP - 156.679/O-5

Relatório dos Auditores Independentes: Aos Diretores e Conselheiros da **Abaçaí Cultura e Arte** - São Paulo/SP. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Abaçaí Cultura e Arte** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/ 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Abaçaí Cultura e Arte**, em 31/12/ 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros. **Base para Opinião com Ressalva:** Durante o exercício findo em 31/12/2017 a associação não manteve em seu quadro de prestadores de serviços advogados que pudessem avaliar as possíveis contingências trabalhistas ou Cíveis futuras, dessa forma não se tem registrado nas Demonstrações Contábeis a mensuração de possíveis contingências, causando assim uma limitação na extensão da auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Organização Social Abaçaí de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Confiamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Organização é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Organização é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Organização continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Organização para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Organização. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. São Paulo, 07/03/2018.

Senacont Auditoria S/S - CRC 2 SP 25207/O-3
Tatiane Brose Pires - Contadora - CRC 1 RS 061575/O-4 "T"

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ nº 09.304.427/0001-58

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras. No período findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia emitiu 19 (dezenove) novas séries de CRI, totalizando as operações o montante de R$ 784.203 mil. O resultado líquido obtido pela Companhia no período foi um lucro de R$ 1.138.234 e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 4.865.382. Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A. ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 31 de Janeiro de 2018

A Administração

Balanço Patrimonial	2017	2016
Ativo		
Circulante	**7.276.218**	**5.598.458**
Caixa e equivalentes de caixa	2.610.544	1.343.489
Clientes	8.729	8.723
Impostos a recuperar	4.645.322	4.231.512
Outros valores a receber	11.623	14.734
Não circulante	**71.809**	**72.551**
Imobilizado	71.809	72.551
Total do ativo	**7.348.027**	**5.671.009**

Balanço Patrimonial	2017	2016
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	**2.482.645**	**874.303**
Dividendos a pagar	1.069.558	198.000
Impostos e contribuições a recolher	866.459	616.898
Obrigações trabalhistas	499.749	29.983
Outras obrigações	46.879	29.422
Patrimônio líquido	**4.865.382**	**4.796.706**
Capital Social	4.500.000	900.000
Reservas de lucros	365.382	3.896.706
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.348.027**	**5.671.009**

Demonstrações do Resultado	2017	2016
Receita bruta		
Prestação de serviços	3.513.861	2.054.177
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços	(344.777)	(198.228)
Receita operacional líquida	**3.169.084**	**1.855.949**
Receitas (despesas) operacionais		
Honorários e encargos sociais da diretoria	(1.477.576)	(940.660)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.143.848)	(636.344)
Serviços especializados	(357.589)	(358.133)
Aluguéis	(98.656)	(87.357)
Taxas e contribuições	(30.552)	(21.758)
Despesas tributárias	(8.198)	(6.879)
Resultado financeiro líquido	2.164.397	2.028.750
Amortização do diferido	(37.765)	–
Amortização e depreciação do imobilizado	(2.920)	(32.433)
Outras receitas (despesas) operacionais	(253.769)	(179.007)
	(1.244.476)	(233.821)
Resultado antes dos impostos	**1.924.608**	**1.622.128**
Imposto de renda e CS sobre o lucro	(786.374)	(527.523)
Lucro líquido do exercício	**1.138.234**	**1.094.605**
Lucro líquido por ação - R$	1,26	1,22

Demonstrações das Mutações do Patrimônio	Capital social	Reservas de lucros – Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído	Lucro/ prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**900.000**	**118.617**	**2.725.036**	**156.448**	**–**	**3.900.101**
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	–	–	–	(156.488)	–	(156.488)
Transferência para reserva legal	–	46.066	(46.066)	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	1.094.605	1.094.605
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	54.730	–	–	(54.730)	–
Dividendos distribuídos	–	–	–		(41.552)	(41.552)
Reserva estatutária	–	–	987.881	–	(987.881)	–
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído	–	–	–	10.442	(10.442)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**900.000**	**219.413**	**3.666.851**	**10.442**	**–**	**4.796.706**
Aumento de capital	3.600.000	–	(3.600.000)	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	1.138.234	1.138.234
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	56.912	–	–	(56.912)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(1.069.558)	(1.069.558)
Reserva estatutária	–	–	11.764	–	(11.764)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**4.500.000**	**276.325**	**78.615**	**10.442**	**–**	**4.865.382**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.138.234	1.094.605
Ajuste que não afetam o caixa		
Amortização e depreciação do imobilizado	2.920	32.433
Amortização do diferido	37.765	–
	1.178.919	1.127.038
Variações dos ativos e passivos		
Clientes	(6)	4.934
Impostos a recuperar	(413.810)	484.985
Outros valores a receber	3.111	29.742
Impostos e contribuições a recolher	249.561	(840.524)
Obrigações trabalhistas	469.766	15.515
Outras obrigações	17.457	(44.475)
	326.079	(349.823)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2017	2016
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**1.504.998**	**777.215**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(39.943)	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	(5.227)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	**(39.943)**	**(5.227)**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(198.000)	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(198.000)**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.267.055**	**771.988**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.343.489	571.501
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.610.544	1.343.489

Demonstração do Valor Adicionado	2017	2016
Receitas		
Prestação de serviços	3.513.861	2.054.177
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(261.861)	(144.607)
Serviços de terceiros	(357.589)	(358.133)
Outras despesas	–	(39.160)
Valor adicionado bruto	**2.894.411**	**1.512.277**
Retenção		
Amortização e depreciação do imobilizado	(2.920)	(32.433)
Amortização do diferido	(37.765)	–
Valor adicionado líquido	**2.853.726**	**1.479.844**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.184.814	2.028.750
Outras receitas	284	–
Valor adicionado a distribuir	**5.038.824**	**3.508.594**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Honorários da diretoria e salários	2.050.605	1.469.243
Benefícios	159.301	68.700
FGTS	53.419	39.061
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	1.330.342	641.858
Municipal	188.560	107.770
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	97.946	87.357
Juros	8.887	–
Outras	11.530	–
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	1.138.234	1.094.605
Valor distribuído	**5.038.824**	**3.508.594**

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras - Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 19 de Março de 2018.

A Administração

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Relacionamento com os Auditores Independentes - Informamos que a Companhia não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria. Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 19 de Março de 2018.

A Administração

A Diretoria

Contador: Paulo Sergio Marques Burato - CRC nº 1SP122455/O-0

"As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis no website www.habitasec.com.br"

SERRA NEGRA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS S/A

CNPJ 44.846.236/0001-19

Relatório da Diretoria

Srs Acionistas: Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado relativo ao Exercício findo em 31/12/2017. Permanecendo ao inteiro dispor dos Srs.Acionistas para quaisquer informações porventura necessárias.

Balanço Patrimonial

Ativo / Ativo Circulante	2017	2016
Disponível	**370.863,41**	**515.808,22**
Caixa e Bancos	164.878,13	343.912,21
Valor a Recuperar e Adiantamento	165.897,47	131.608,20
Depositos Judiciais	40.287,81	40.287,81
Não Circulante		
Investimentos	**1.741,84**	**1.741,84**
Investimentos Fiscais	1.741,84	1.741,84
Imobilizado	**297.946,73**	**222.635,81**
Miniférico	351.802,88	351.802,88
Utensilio/Ferramentas/Acess	191.944,32	95.537,24
Depreciação Acumulada	(245.800,47)	(224.704,31)
Total do Ativo	**670.551,98**	**740.185,87**

Passivo / Passivo Circulante	2017	2016
Exigível	**89.867,14**	**141.610,15**
Impostos a Pagar	53.707,65	125.085,18
Contas a Pagar	36.159,49	16.524,97
IRPJ e CSLL a Recolher	-	-
Patrimonio Liquido	**131.615,21**	**131.615,21**
Capital Social	131.000,00	131.000,00
Reserva de Capital	615,21	615,21
Reserva de Lucros	**449.069,63**	**466.960,51**
Reserva de Lucros	466.960,51	415.591,07
Prejuizo Exercicio	17.890,88	-
Lucro Disposição AGO	-	51.369,44
Total do Passivo	**670.551,98**	**740.185,87**

Notas explicativas

1) Demonstrações Financeiras foram elabo radas em conformidade com normas estabelecidas na Lei no. 11.638/07 e práticas contábeis adotadas no Brasil.Não Houve lançamentos com base em métodos e critérios diferentes dos prescritos pela legislação tributária. 2) Principais Praticas Contábeis - a) Aplicações Financeiras foram registradas em conta de investimentos diversos e são registrados pelo valor de custo. b) Imobilizado está registrado ao custo de compra e as depreciações foram calculas às taxas permitidas. 3) Não há - empresas coligadas. 4) Deposito Judicial refere-se a ações de restituição de impostos junto a Receita Federal Processos de no.13/05 e153/06. 5) Capital Social 131.000 ações nominativas R$.1,00 cada. 6) Observada a NBC 19.41.

Demonstração do Valor Acumulado	2017	2016
Receitas Brutas	1.120.311,66	1.027.125,72
Insumos Adicionado Terceiros		
Energia Eletrica	(28.424,61)	(32.553,86)
Manutenção	(259.614,82)	(196.759,90)
Variações Adicionado Liquido Produzido	**832.272,23**	**797.811,96**
Receitas financeiras	20.596,85	28.813,09
Variações Adicionado a Distribuir	**852.869,08**	**826.625,05**
Salarios e Encargos	(660.387,47)	(534.658,42)
Pessoal terceirizado	(16.790,15)	(35.810,81)
Tributos Federais Estado e Municipais	(193.582,34)	(204.786,38)
Lucro a Disposição da AGO	(17.890,88)	51.369,44

Resultado do Exercicio	2017	2016
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.120.311,66	1.027.125,72
Impostos Incidentes sobre vendas e serviços	158.018,10	145.326,43
Receita Operacional Líquida	962.293,56	881.799,29
Despesas Administrativa	(172.941,21)	(139.431,91)
Despesas Tributárias	(35.564,24)	(43.238,01)
Despesas com Pessoal	(564.737,62)	(485.509,17)
Despesas Gerais	(227.538,22)	(174.841,91)
Receitas Aplicações Financeiras	20.596,85	28.813,09
Resultado do Exercicio	(17.890,88)	67.591,38
Contribuição Social	-	6.083,23
Imposto de Renda	-	10.138,71
Lucro a Disposição A.G.O	(17.890,88)	51.369,44
Dividendo por Ação	-	0,40

Demonstração do Fluxo de Caixa	2017
Caixa das Atividade Operacionais: Resultado do Exercício	(17.890,88)
Variações Ativos/Passivos: Aumento créditos a terceiros	(34.289,27)
Aumento Imobilizado	(75.310,92)
Diminuição Deposito Judiciais	-
Diminuição Contas a Pagar	(51.743,01)
Variações Aplicado na Atividade Operacional	(179.234,08)
Diminuição nas Disponibilidades	(179.234,08)
Caixa e Equivalentes	
No Inicio do Periodo	343.912,21
No Final do Periodo	164.678,13

Parecer do Conselho: Os membros do Conselho Fiscal em obediência aos Estatutos e na forma da Lei, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis do Exercicio findo em 31/12/2017 tendo encontrado em ordem são de parecer a mercer a aprovação da Assembleia Geral Ordinária. Serra Negra 31 de Janeiro de 2018. (a) **Alcides Marchi Menegatti**; (a) **Elza Ganem Dib**; (a) **Irineu Saragiotto.**

Maria Elizabete Mendes de Toledo Bulk - Presidente - CPF 963.427.308-49 • **Sr. Fernando Antonio Pacini Ricci** - Diretor - CPF 014.839.788-34
Claudio Fernando Lugli - Contador - CRC-1SP141364/O-0 CPF 102.705.358-02

autenticar em www.imprensaoficial.com.br Imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 28 de março de 2018 às 00:57:14.